

Carregando água com a peneira: as percepções da segurança pública em Mato Grosso

C.R. de Musis ^{a*}, F.S. Melo ^b, L.S. Uchôa ^b, G.G. Francisco ^c, K.S. Arima ^b

^a Núcleo de Inteligência, Perícia Oficial e Identificação Técnica, Cuiabá (MT), Brasil

^b Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal, Secretaria de Segurança Pública, Mato Grosso, Brasil

^c Secretário, Secretaria de Segurança Pública, Mato Grosso, Brasil

*Endereço de e-mail para correspondência: carlodemusis@politec.mt.gov.br. Tel.: +55-65-3631253.

Recebido em 21/05/2019; Revisado em 14/01/2021; Aceito em 10/10/2022

Resumo

Este artigo versa sobre uma pesquisa de campo conduzida entre dezembro de 2016 e dezembro de 2017 nas principais regiões metropolitanas do Estado de Mato Grosso, sobre as percepções dos instituintes a respeito da segurança pública. Apresenta caracterizações socioeconômicas, de infraestrutura, da casuística e de índices para as percepções da segurança pública e dos serviços prestados, sendo produzidas e analisadas inferências destes por região metropolitana, além de sínteses gerais.

Palavras-Chave: Segurança Pública; *Habitus*; Percepção Social.

Abstract

This article is about a field survey conducted between December 2016 and December 2017 in the main metropolitan areas of the State of Mato Grosso, about the insiders' perceptions regarding public safety. It presents socioeconomic, infrastructure, case series and indices for public safety and services perceptions, and their inferences are produced and analyzed by metropolitan region, in addition to general syntheses.

Keywords: Public security; *Habitus*; Social Perception.

1. INTRODUÇÃO

No Estado de Mato Grosso a segurança pública é uma das principais reivindicações da população. A busca de políticas de prevenção da criminalidade parte da compreensão das causas, efeitos e condições que levam ao comportamento criminoso e violento, sendo necessária uma base de informações e pesquisas que possam elucidar os problemas.

A garantia e provimento da segurança pública é *conditio sine qua non* para a autoridade do Estado no monopólio da força. Sendo assim, eventuais fragilidades nesse fundamento remeteriam diretamente a dificuldades no seu exercício, colaborando com a estruturação do fenômeno criminoso.

Essa relação imanente constituiria a uma *illusio* em que seus componentes possuem uma “relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” [1].

As estatísticas da percepção da segurança pública criminais são indicadoras de valorações e prevalências prestantes a compreensão dessa *illusio*, fornecendo elementos para apreensão de discursos que, fundamentados ou não, buscariam no medo o reconhecimento por coerção.

Elenca-se, usualmente, para fenômeno criminoso no Brasil duas hipóteses:

- O crime decorreria de fatores socioeconômicos, que surgiria como via para os despossuídos [2,3].
- O comportamento desviante prosperaria quando as medidas repressivas são insuficientes [4].

O estudo das condições estruturantes, juntamente com a compreensão marcadores sociais, produziria conhecimentos prestantes a tomada de decisões mais acuradas e produtivas quanto ao bem estar social.

Nesse escopo, este trabalho propõe contribuir com a compreensão desse fenômeno, focando, a partir do olhar do cidadão, na questão da percepção da segurança, seus componentes estruturantes e sua pragmática

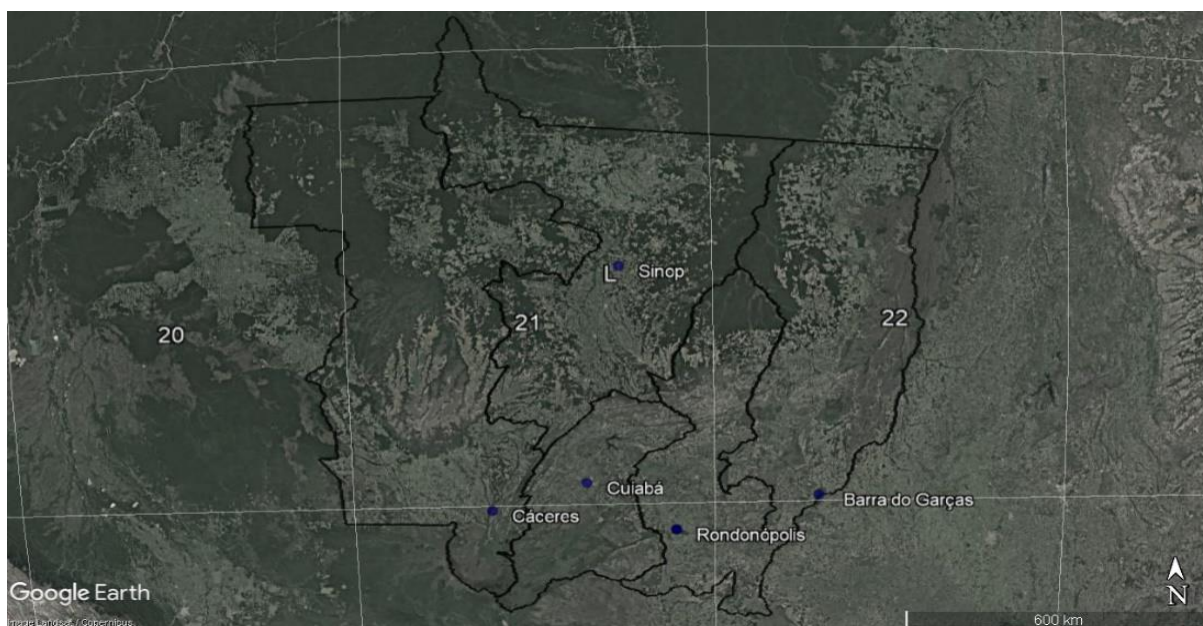


Figura 1 - Mapa de localização dos aglomerados urbanos selecionados

Para tanto, buscamos na sociologia de Pierre Bourdieu um referente para analisar as percepções da segurança pública da população a partir de um instrumental multivariado e socioespacial aplicado nos principais aglomerados urbanos do Estado de Mato Grosso, articulados em quatro tópicos. No primeiro buscou-se definir as estratégias metodológicas adotadas, passando por uma discussão sobre a percepção da segurança, casuística e infraestrutura nos *loci* estudados e, ao final, um breve panorama sobre a percepção da segurança pública a partir do apreendido.

2. METODOLOGIA

A coleta de dados partiu de uma seleção dos aglomerados urbanos para estudo em detalhe. Tomamos por referente geográfico o disposto no Decreto nº 183/2015, que instituiu as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs) e mesorregiões com o intuito de conferir maior atenção a cada região do Estado levando em consideração suas características peculiares.

Os 141 municípios do Estado foram distribuídos em 15 RISPs, as quais são agrupadas em 5 mesorregiões (**Figura 1**): Metropolitana (Cuiabá e Várzea Grande), Norte (Sinop, Nova Mutum, Guarantã do Norte e Alta Floresta), Sul (Rondonópolis e Primavera do Leste), Leste (Barra do Garças, Água Boa e Vila Rica) e Oeste (Cáceres, Tangará da Serra, Pontes e Lacerda e Juína).

Foram selecionados os aglomerados urbanos mais representativos das mesorregiões [5,6], sendo adotados, de forma não excludente, os seguintes critérios de seleção:

- **Número de habitantes.** Consideramos aglomerados urbanos com no mínimo 50.000 habitantes.

- **Lócus.** Buscou-se uma seleção com o máximo contraste geográfico.

- **Casuística.** A distribuição dos eventos criminais foi analisada para a seleção, em destaque as taxas de eventos e a presença de indícios de tendências anômalas

São eles¹:

- **Barra do Garças.** Com população de 58.974 habitantes, sua economia baseia-se na agropecuária, turismo e agricultura, com destaque para a produção de soja, arroz e milho. Este aglomerado, em função de limitantes operacionais, considerou apenas a divisão administrativa de Barra do Garças, não considerando os municípios presentes no mesmo aglomerado urbano, sendo eles Pontal do Araguaia e Aragarças, este último no Estado de Goiás.

- **Cáceres.** Possui uma população de 91.271 habitantes, faz fronteira com a Bolívia e é a principal cidade mato-grossense abrangida pelo Pantanal. A pecuária é a principal atividade econômica da cidade, que possui um dos maiores rebanhos de gado bovino do Brasil.

- **Cuiabá.** Locada na Baixada Cuiabana, com os municípios de Cuiabá (590.118 habitantes) e Várzea Grande (274.013), é a região mais populosa do Estado, sendo o centro político administrativo do Estado e polo de prestação de serviços.

¹ As informações socioeconômicas citadas no rol abaixo foram compiladas a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) dispostos no site <<https://cidades.ibge.gov.br/>>, acessado em março de 2019.

• **Rondonópolis.** Com 222.316 habitantes, a região de Rondonópolis é conhecida nacionalmente por seu desempenho agropecuário, o qual lhe garante destaque nacional no que tange a exportação de produtos agrícolas e industriais.

• **Sinop.** Com 135.874 habitantes, o município de Sinop situa-se na floresta de transição Cerrado-Amazônia, tendo como principal atividade econômica o agronegócio.

No decorrer de 2017, em cada um deles, foram aplicadas entrevistas estruturadas diretamente na população economicamente ativa. O modelo de amostragem adotado foi o de conglomerados selecionados espacialmente, ponderados pela densidade populacional estimada pelas cartas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) e AISP (Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), com bordadura mínima de 1 Km, sendo a avaliação da saturação do tamanho de amostra iterativa conforme a coleta de dados avançou em cada município [7].

Optou-se pelo uso, como instrumento de apoio, de tablets, cedidos pela Associação dos Produtores de Soja (APROSOJA), com acesso a base de dados em nuvem via sistema desenvolvido pela equipe da Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEAC/SESP) na plataforma Android Memento Database ².

Além das questões de caracterização geral foram utilizadas escalas do tipo Likert com 10 e 6 classes com ponto central para avaliação de variáveis relacionadas a avaliação direta, preocupação e eficiência.

A casuística criminal, dados de infraestrutura e efetivo de aqui apresentados foram fornecidos pela Coordenação de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (CEAC/SESP), totalizados para o dia 15 de dezembro de 2017.

Posto que as distribuições probabilísticas das variáveis analisadas não aderiram a Normal e parte das variâncias entre os grupos foram homogêneas, avaliadas pelos testes de Kolmogorov-Smirnov e de Levene, respectivamente. Todas as comparações entre grupos foram efetivadas pelos procedimentos: Análise de Variância, teste T, teste de Kruskal-Wallis, teste de Wilcoxon, conforme a sua aderência, ou não, aos pressupostos de normalidade e homoscedasticidade, respectivamente. O termo correlação apresentado nas análises corresponde ao modelo não-paramétrico de Kendall. Todos os procedimentos estatísticos foram avaliados ao um nível de significância e 5%.

O cálculo dos índices da preocupação e da eficiência foi por meio de uma análise por componentes principais

com rotação Varimax, sendo seus valores finais padronizados para média e desvio padrão iguais a zero e um, respectivamente.

Por simplicidade, as citações nominais às variáveis brutas reportam às suas taxas de ocorrência.

Procedeu-se ao processamento dos dados pelos softwares IBM SPSS Statistics, RStudio e Google Earth Pro.

Para todas as escalas solicitadas foram solicitadas explicações sobre os escores fornecidos, sendo estas registradas no formulário eletrônico como questão aberta.

3. PERFIL SOCIOECONÔMICO

A distribuição por classe social disposta na **Tabela 1** apresentou discrepâncias em relação ao apresentado para região centro Oeste pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) em 2016, sendo estas justificadas pela abrangência diferenciada, uma vez que esse teve como escopo a região Centro-Oeste, incluindo zonas urbanas e rurais e neste trabalho apenas às regiões metropolitanas.

Classe social	Renda média domiciliar	Amostra	ABEP
A	R\$ 20.888,00	3,2%	4,2%
B1	R\$ 9.254,00	5,0%	5,3%
B2	R\$ 4.852,00	23,3%	18,7%
C1	R\$ 2.705,00	34,3%	23,0%
C2	R\$ 1.6025,00	23,3%	27,5%
D-E	R\$ 768,00	11,0%	21,3%

Tabela 1 - Percentuais por classe social conforme amostra categorias dispostas por ABEP (2016)

Quanto a distribuição do consumo das famílias, considera-se que:

[...] a Região Centro-Oeste é a mais desigual de todas as regiões brasileiras. Aqui há, notadamente, um problema de má distribuição do consumo.

E, entendendo o consumo como indicador de bem-estar, esta Região teria um baixo nível de bem-estar, apesar de deter um consumo médio *per capita* alto [8].

²<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.luckydroid.droidbase>

De modo geral, a desigualdade no país caiu sistematicamente desde 2001, sendo o aumento da renda da base da pirâmide em velocidade superior à do topo seu principal motivo (Figura 2). Contudo, a queda da desigualdade só é boa quando consonante a uma melhora da renda para todos.

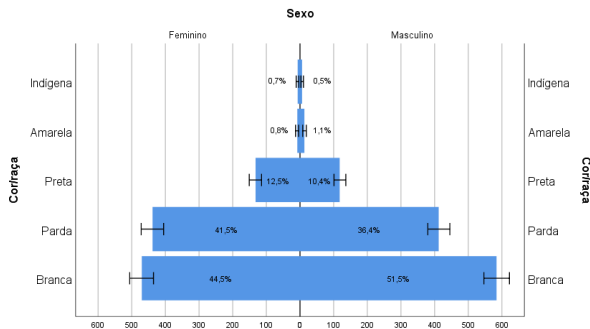


Figura 2 - Cor/Raça.

Obteve-se na presente coleta de dados dois grupos homogêneos para renda média domiciliar, tendo Sinop os maiores valores, não diferindo significativamente de Barra do Garças, Cuiabá e Cáceres.

Contudo, detectou-se uma diferença significativa para Rondonópolis, apresentando valores médios mais baixos e distribuição mais homogênea (Figura 3). Dado que a cidade é a segunda maior economia do Estado creditamos este resultado a hipótese de uma possível segregação sócio-espacial das classes sociais, mas uma análise geoestatística adequada a uma avaliação ficou fora do escopo deste trabalho.

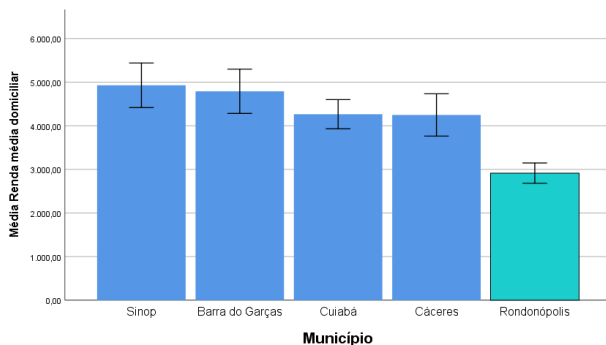


Figura 3 - Renda média domiciliar por município

A composição de cor ou raça da população (Figura 2), assim como a distribuição por sexo em todos os aglomerados estudados foi próxima, às apresentadas em 2015 e 2016 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia (PNAD/IBGE).

3. RESULTADOS

A fim de relativizar as prevalências e os recursos humanos em relação a população total do aglomerado urbano, estas serão apresentadas na proporção para cada 100.000 habitantes. De forma semelhante, as estatísticas a veículos foram, de modo geral, relativizadas em relação a frota.

Primeiramente, nota-se que as taxas não se distribuíram homogeneamente entre os municípios estudados. Se considerarmos, conforme os referentes, o crime como atividade econômica racional, podemos buscar nas especificidades dos *loci* estudados as motivações que levaram os indivíduos a optarem por essa via. Possivelmente, o grau de urbanização e os contextos regionais seriam facilitadores para a articulação e especialização da atividade criminosa, aumentando o valor esperado e alterando o equilíbrio dinâmico entre a tolerância da sociedade e as perdas com o crime.

3.1. Percepção direta

A insegurança urbana pode ser abordada a partir da casuística, mas também possui uma dimensão subjetiva, correspondente a percepção das pessoas. Autores, como Yi-fu Tuan, salientam que as relações de afeto e de medo podem ser desenvolvidas em relação ao espaço geográfico. O medo, conforme o autor, estaria relacionado a um sinal de alarme ou da ansiedade. O primeiro originaria por um evento inesperado, que leva o indivíduo a fugir ou enfrentar aquilo que vê. Por outro lado, a ansiedade, seria uma sensação difusa e pressupõe a antecipação de uma situação difícil ou desconhecida. A percepção da insegurança, do medo da paisagem, da heterogeneidade social, incentivaria conflitos e levaria as pessoas, e o Governo, a se fechar internamente, nas prescrições morais e cotidianas, e no espaço físico, com soluções arquitetônicas cada vez mais fortificadas [9].

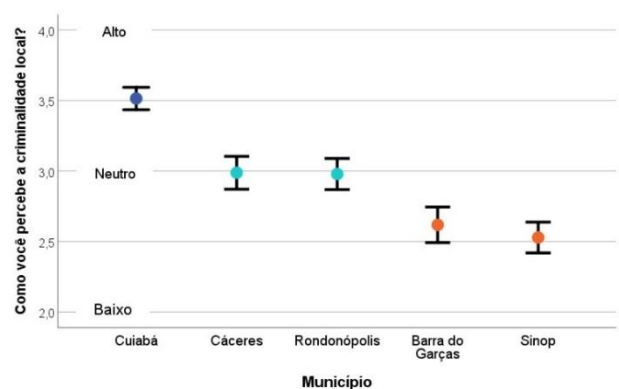


Figura 4 - Percepção do nível de criminalidade

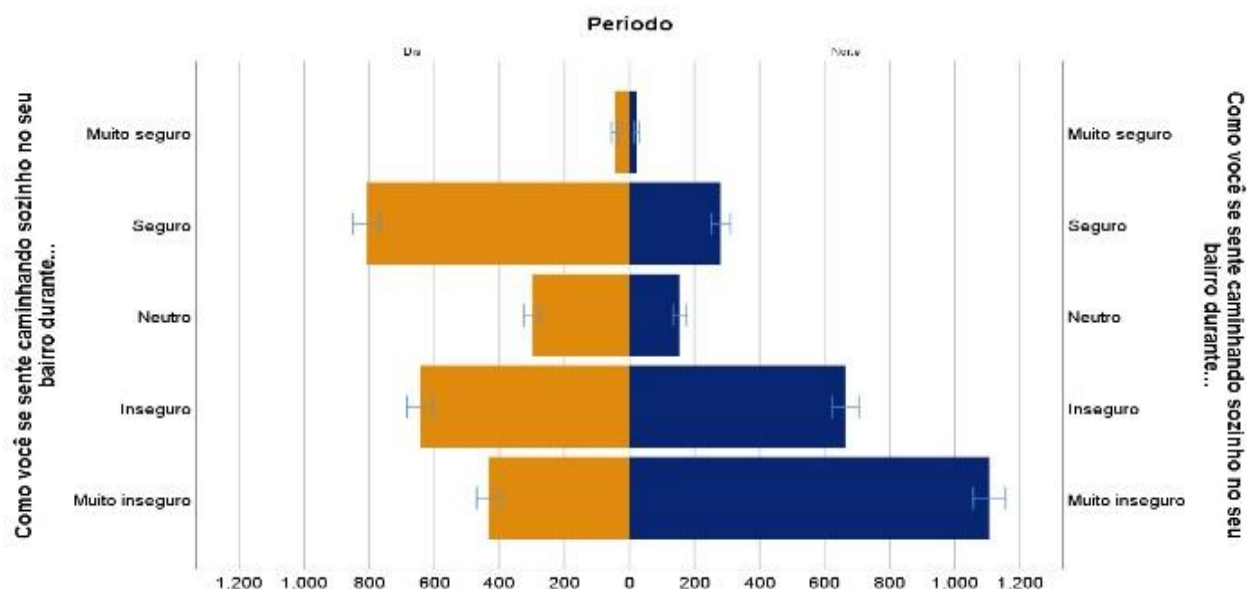


Figura 5 - Percepção de segurança ao caminhar durante o dia e a noite

O índice de percepção da criminalidade, no caso associado a topofobia, reportou a valores prevalentes para "Alto/ neutro" em Cuiabá, "Neutro", em Cáceres e Rondonópolis e "Neutro/baixo" para Barra do Garças e Sinop (Figura 4).

In loco, de um modo geral, percebeu-se que o caminhar durante o dia, cuja percepção modal foi o "Seguro", é cerca de 48.2% a maior, no sentido da segurança, do que o obtido para o caminhar durante a noite (Figura 5). Um possível fator de influência a investigar seria a iluminação pública, compreendida como requisito mínimo para um determinado capital social e econômico, sendo indicativa do preço a se pagar na segurança por falhas de infraestrutura urbana relacionadas, possivelmente, a uma segregação social do espaço urbano.

Quanto a percepção do policiamento nos municípios a distribuição foi bimodal, oscilando entre "Ineficiente" e "Eficiente", com um centro de gravidade próximo do "Neutro" (Figura 6). Foram relatados comportamentos com uma maior amplitude de variação, indo de ponderações muito afirmativas, a ressalvas quanto a logística, comportamento inadequado e ausência.

Em nosso estudo detectou-se uma associação significativa entre as percepções de aumento da criminalidade e do rigor na punição às transgressões, sendo hegemônico o registro de discursos de que "a Polícia prende, mas a Justiça solta", e com ele, implícito, o sentimento de que mudanças nas leis seriam necessárias para que os processos corram mais rápido, com a punição dos culpados e redução da sensação de impunidade.

A sensação de impunidade apresentada por mais de 60% dos entrevistados ao reportarem que acham a punição aos crimes muito branda (Figura 7). Consonante:

Entre os moradores do Centro-Oeste, 80% defendem que a maioria penal

deva valer para qualquer tipo de crime cometido [10].

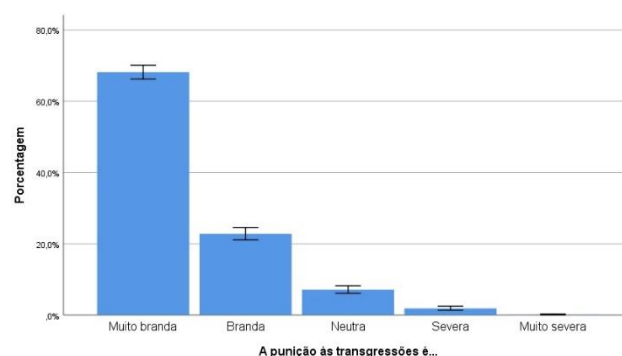


Figura 7 - Punição às transgressões

Embora hegemônica, a questão está distante de consenso, tanto entre os juristas, quanto junto as pesquisas que avaliam os resultados de uma possível redução da maioria penal.

A violência no espaço urbano está relacionada a diversos fatores, como marginalidade, uso e venda de drogas, capacidade de recuperação carcerária, políticas sociais, superpovoamento, desenvolvimento econômico, participação do Estado no tocante à garantia dos direitos dos cidadãos, ou seja, direito à saúde, educação, lazer, segurança, etc. [...] a ausência

ou a presença de alguns desses fatores pode contribuir para o aumento ou não dos atos de criminalidade no espaço urbano [11].

Posto que o campo da segurança pública define-se a partir de condicionantes históricos, culturais, econômicos, políticos e ideológicos, os meios de comunicação possuiriam um papel determinante na criação de opiniões mais facilmente propaladas, como o discurso da vingança [12].

Em nosso estudo detectou-se uma associação significativa entre as percepções de aumento da criminalidade e do rigor na punição às transgressões, sendo hegemônica a ponderação de que “a Polícia prende, mas a Justiça solta”, e com ela o sentimento de que mudanças nas leis seriam necessárias para que os processos corram mais rápido, com a punição dos culpados e redução da sensação de impunidade.

3.2. Índices da preocupação e da eficiência

A preocupação com a segurança pública compõe um todo com múltiplas facetas, todas constituídas por combinações de práticas, representações e imagens. A fim de comparação com a casuística, adotou-se neste trabalho uma categorização conforme a legislação e o operacional, sendo considerados apenas os eventos modais. De modo geral a valoração foi semelhante nos aglomerados urbanos analisados, com um desvio em Barra do Garças, onde a preocupação com o “Tráfico de drogas” teve destaque significativo. Para os demais, obteve-se, em azul escuro, os eventos de maior temor: “Tráfico/uso de drogas”, “Ter a casa arrombada” e “Ser assaltado ou roubado na rua” (Figura 8).

Na coleta de dados essas evocações surgiam usualmente articuladas, sendo frequentemente indicadas aos pesquisadores a localização das “bocas de fumo” próximas, e informado que boa parte dos crimes das regiões estava relacionada a ação eventual de usuários de droga.

Em segundo lugar tivemos o grupo com os eventos: “Ter o carro roubado”, “Ser assaltado ou roubado no carro”, “Ser agredido fisicamente” e “Ter os pertences dentro do carro roubados” e “Sofrer violência sexual”(azul claro). Categorias que reportam a uma mescla nas percepções entre crimes contra o patrimônio e integridade física que reportaria, possivelmente, a banalização do corpo frente a bens materiais.

“Ser discriminado” e “Ter seu computador/celular invadido por hacker/cracker” compuseram o terceiro grupo (vermelho). Percebeu-se para a primeira uma prevalência associada discriminação associada ao gênero, e, na segunda, a eventos relacionados a *phishing* ³.

As categorias associadas a crimes contra o patrimônio foram as que apresentaram associação significativa com a

percepção de eficiência da segurança pública. Usualmente denominado “crime do varejo”, suas percepções circulam bastante, nos discursos apurados, ainda mais do que os relativos a crimes contra a vida.

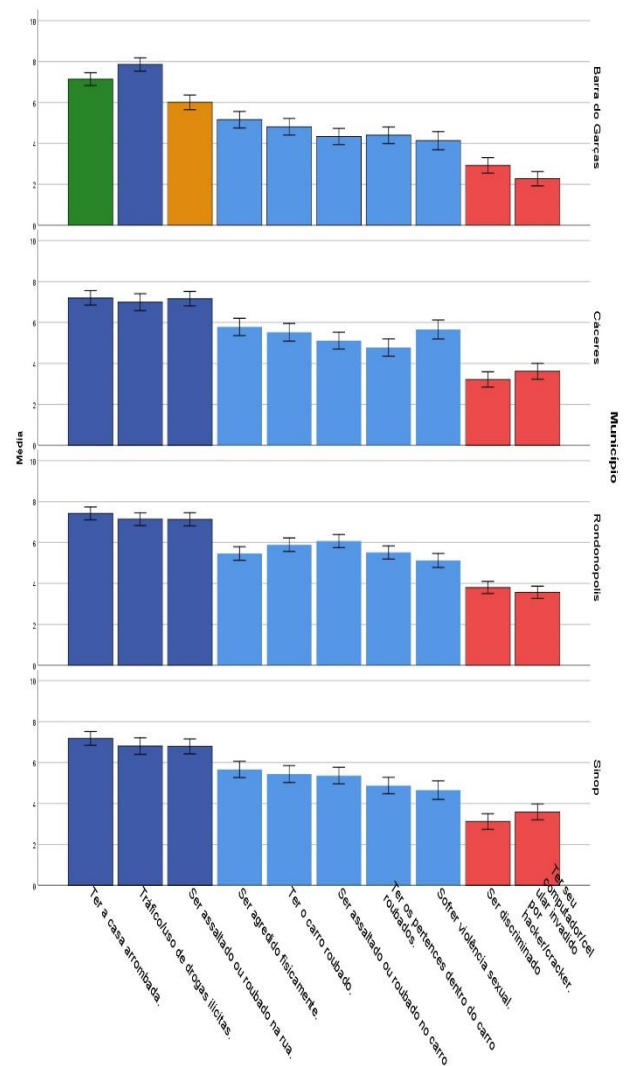


Figura 8 - Grau de preocupação por categorias

Das variáveis analisadas a distribuição do índice da preocupação (IP) foi fortemente assimétrica à esquerda, apresentando uma probabilidade atípica para o ponto de mínimo. Esse comportamento, conforme observação in loco, reportou em diversas ocasiões ao temor do cidadão no momento da entrevista, ou da associação deste a criminosos.

A forma da distribuição indicou a presença de um possível efeito multiplicativo das opiniões onde “A fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é, a um só tempo, combatida e ampliada” [13].

³ *Phishing* (“pescaria”) é uma técnica de obtenção de informações pessoais via engenharia social.

De certa forma, percebe-se uma arena que o cidadão, o poder público e a atividade criminal – ora explícita, ora oculta – imprimem tensões conflitantes [14,15].

No Brasil, recentemente, uma discussão tem aflorado a respeito da integração, ou melhor, a falta de integração funcional das diversas organizações do sistema de justiça criminal. A crítica que emerge é que as polícias, na ponta inicial do sistema, operam de forma desarticulada, acarretando a redundância das atividades das organizações policiais, dualidade de seus comandos, dispersão de recursos e estratégias de controle interno e externo [18].

O combate ao crime, posto que imanente ao Estado de Direito, encontra-se nessa arena entre os estudos das causas e a elaboração de estratégias para o ataque às consequências. Posto que a primeira exige uma articulação do Estado e da Sociedade como um todo, o que, *petitio principii*, loca essa ação como imanente, continuada e complexa. A segunda parte de que a caracterização estatística e operacional dos processos possibilitaria, pragmaticamente, a definição e identificação de padrões, com o risco, contudo, de confundimento entre meios e fins.

A Figura 9 dispõe da avaliação da percepção da eficiência por aglomerado urbano. As melhores avaliações, de um modo geral, foram para os serviços do Corpo de Bombeiros, sendo significativamente mais bem avaliado que os demais. Nas entrevistas comumente foram associados a atos de heroísmo e de bons serviços prestados. Ocorreram, entretanto, citações esparsas de demora no atendimento e de desvios de comportamento.

O serviço “Policciamento ostensivo (rondas)” não diferiu significativamente do primeiro grupo em “Rondonópolis” e “Sinop”, mantendo-se próximo deste nos demais aglomerados urbanos. Os entrevistados apresentaram muitas ponderações favoráveis a este serviço, mas reportaram que a ação ostensiva, na maioria dos casos, atuava de forma reativa, com uma certa banalização no atendimento de uma ocorrência ou solicitação, ou ainda na práxis, a qual poderia ser mais adequada, com destaque para as abordagens. Citou-se também que, por vezes, as rondas não atuam nos lugares e horários mais críticos.

Os entrevistados evocaram pontualmente a percepção de um aumento de efetivo e de viaturas, mas, frequentemente, com a ressalva que ainda é insuficiente e com falhas, já elencadas, na logística. Também foram reportados, de forma eventual, comportamentos indevidos, abusos de autoridade e conluíus com o tráfico de drogas.

“Emissão de carteira de identidade”, “Segurança de trânsito e rodoviária”, “Investigação de crimes” e “Atendimento ao cidadão/vítima na delegacia” compuseram o núcleo central do segundo grupo. Para “Emissão de carteira de identidade”, as ponderações tiveram como ressalva a eventual demora no atendimento decorrente de filas associadas ao pequeno número de atendentes e a falhas de comunicação no sistema computacional. Já o serviço “Segurança de trânsito e rodoviária”, obteve as avaliações medianas, oscilando entre o apoio e críticas, e destaque às multas por sistemas automatizados, com manifestações discretas a favor e extremadas contra.

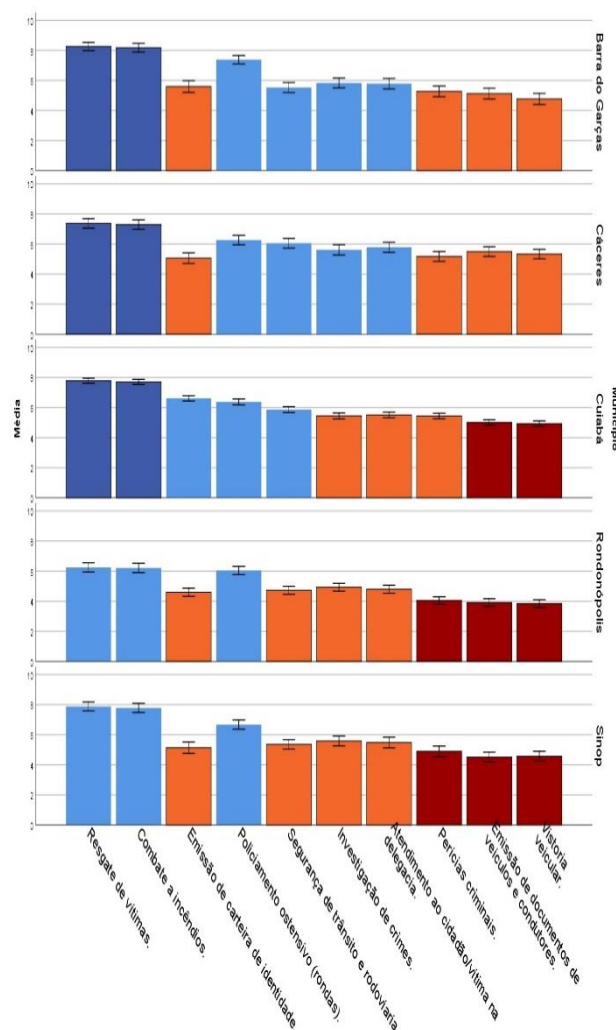


Figura 9 - Comparação entre os grupos quanto a eficiência

As ponderações mais prevalentes foram de desconhecimento aos serviços prestados, com evocações quanto a demora e atendimento por estagiários nas delegacias. De forma esparsa obteve-se manifestações da importância das investigações, mas com a impressão de que estas esbarras em uma possível ineficiência do judiciário.

Com avaliação mais negativa tivemos: “Perícia criminal”, “Emissão de documentos de veículos e

condutores” e “Vistoria veicular”. As falas para estes reportaram a demora, deficiências nos serviços prestados e ingerências.

Os exames periciais em local de crime e do Instituto Médico Legal (IML) foram destacados negativamente, com falas que reportaram a desvios operacionais⁴. Eventos que, quando ocorrem, impactam diretamente o emocional da população, ganhando espaço na mídia e persistência na memória. Também foi reportado o atraso na entrega dos laudos, o descaso frente a cobrança e os problemas decorrentes dessa demora.

Os serviços dispostos pelo Departamento Nacional de Trânsito (DETRAN), restritos apenas aos que possuem veículo automotivo, apresentaram resultados significativamente menores que os demais serviços, porém com eventuais elogios e ponderações de que o órgão está melhorando.

De forma geral, qualquer serviço se apoia em práticas, se estas contribuem de forma coercitiva na manutenção do status quo de forma sutil,

[...] apoiando-se em ‘expectativas coletivas’, em crenças socialmente inculcadas [que seriam o] produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* – entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações [1].

Na mesma ordem de pensamentos:

O *habitus* produz práticas que, na medida em que elas tendem a reproduzir regularidades imanentes às condições objetivas da produção de seu princípio gerador, buscam ajustar-se às exigências inscritas a título de potencialidades objetivas na situação diretamente afrontada [16].

A automatização de ações e, sendo estruturada e estruturante, teria, por princípio uma inércia alta, sendo resistente a mudanças. Entretanto, sua melhoria evitaria uma possível banalização dos serviços prestados, reportando, no que toca aos instituintes do poder público, diretamente às corregedorias, aos processos de educação continuada e a avaliação institucional, e indiretamente a investimento em capacitação (capital cultural) e infraestrutura (capital econômico) [16].

Quanto ao grau de importância atribuído, a Polícia Militar foi a instituição mais evocada, apresentando uma imagem que se confunde com a da própria segurança

pública, oscilando por vezes entre o amor e o ódio (*illutio*). A guisa de síntese, a fala de um entrevistado citando um provérbio popular: “A polícia é a presença mais incômoda e a ausência mais sentida.” (IND 0538)

As demais instâncias da segurança pública possuem representações mais difusas. A POLITEC (Perícia Criminal), a PJC (em grau menor) e a própria SESP possuem pouca ancoragem, resultando em dificuldades *in loco* para sua identificação, assim como a dos serviços por elas prestados pelos entrevistados.

A distribuição do índice de eficiência foi aproximadamente simétrica e mesocúrtica, se aproximando do formato de uma distribuição Normal, contrastando com as estatísticas descritivas obtidas para o índice da preocupação, com indicações de um efeito aditivo e homocedasticidade.

A análise combinada dos índices da preocupação e da eficiência pode ser observada na Figura 10. O aglomerado urbano de Barra do Garças apresentou os melhores resultados, com avaliações favoráveis nos dois índices. Com o mesmo padrão, mas a menor, tivemos Sinop e Cáceres. Cuiabá apresentou uma avaliação de serviços próxima destes, mas, em contraponto, o maior índice de preocupação obtido. Rondonópolis obteve resultados de regulares para o índice da preocupação, mas com um contraste negativo para a percepção dos serviços.

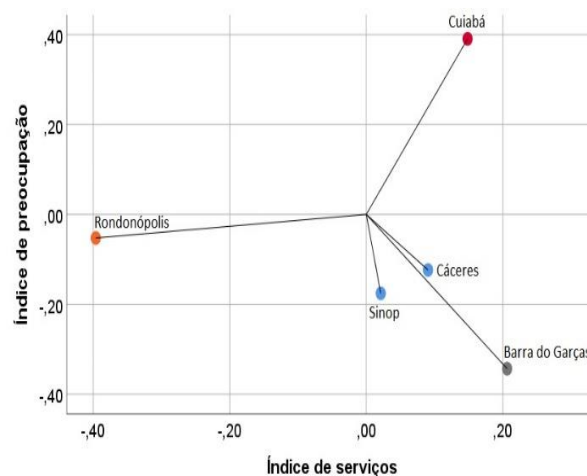


Figura 10 - Gráfico de dispersão entre os índices de preocupação e eficiência

Solicitou-se aos entrevistados que evocassem os serviços que considerassem mais importantes. O corpus obtido foi categorizado, sendo o rol obtido utilizado para o arranjo de uma nuvem de palavras com o tamanho de seus caracteres proporcionais a frequência total obtida (Figura 11).

⁴ Demora na liberação de corpos e nos exames *in loco*.



Código	Serviços	% Evocações
delegacia	Atendimento ao cidadão/vítima na delegacia	8%
incêndios	Combate a incêndios	10%
RG	Emissão de carteira de identidade	3%
CRLV/CNH	Emissão de documentos de veículos e condutores	3%
investigação	Investigação de crimes	11%
per. crim.	Perícias criminais	4%
rondas	Policiamento ostensivo (rondas)	37%
resgate	Resgate de vítimas	14%
s. tran. Rod.	Segurança de trânsito e rodoviária	10%

Figura 11 - Nuvem de palavras os serviços de segurança pública por número de evocações.

No núcleo central tivemos, com destaque, evocações para o “Policiamento ostensivo (rondas)”, e periféricas imediatas estavam as relacionadas a “Resgate de vítimas”, “Investigação de crimes”, “Combate a incêndios”, “Atendimento ao cidadão/vítima na delegacia”. Os serviços “Perícias criminais”, “Emissão de carteira de identidade”, “Emissão de documentos de veículos e condutores” não obtiveram prevalências significativas.

Qualitativamente, entrevistados manifestaram-se, de modo geral, favoráveis a condução de ações pelas forças (blitz, lei seca e prisões) e serviços (bombeiros, cavalaria e investigação).

O corpus obtido também apresentou, ainda que a menor, falas associadas a ações criminosas pelos agentes da segurança pública (tráfico, desvios de conduta e abusos de autoridade) e de falhas na infraestrutura (postos de polícia, estrutura e burocracia).

Esse entorno pragmático na periferia de um núcleo central definido por um serviço imediato (rondas) pode estar relacionado a um certo desencanto com o Estado e, por decorrência, com a sociedade.

O enfrentamento, por ser o elemento mais perceptível da segurança pública, juntamente com a revolta frente a impunidade, levaram, possivelmente, os entrevistados uma percepção do contexto sócio-histórico-cultural apenas no imediato, com forte influência da *illusio*, naturalizando as representações sociais hegemônicas e abreviando a noção de que existe uma arena política mais ampla, e complexa.

Diversas prescrições podem ser elencadas face ao disposto, mas essas, se efetivas, precisam ser reconhecidas, e isto só ocorre se os instituintes tem posse do *habitus* instituído, a fim de serem aceitos pela *illusio*. Nessa arena os processos depurativos só se efetivam se população e instituintes da segurança pública os apreendem como úteis, o que não é trivial. Sua rejeição pode se associar-se a três ordenadores não excludentes:

1. Condições políticas e materiais impedem sua efetivação.
2. O consenso do *sensus communis* a respeito do que é bom não é verdadeiro.
3. As prescrições não foram suficientemente fundamentadas.

Pari passu, o processo de construção do conhecimento nos instituintes, contudo, se acomodaria em local distante do desejado pela população. A capacidade de percepção, entendida como base argumentativa à qual, a partir de uma negação determinada, se consegue visitar o juízo alheio, definiria a capacidade crítica do Estado face as questões dispostas pela sociedade e, mais que isso, sua sustentabilidade.

4. CONCLUSÃO

A preocupação com a segurança pública e mensuração de sua eficiência influencia nossas práticas, modificando os *habitus* instituído e acrescentando obstáculos ao crescimento econômico.

Nos aglomerados urbanos estudados observou-se uma certa convergência entre as taxas de crimes, o que remete a uma maior variabilidade nos locais com menor casuística, assim como maiores incrementos nos centros urbanos menores. Alguns princípios de quebras de tendência foram destacados, sugestivos de mudanças estruturais a serem confirmadas em estudos posteriores.

Com o resgate e manutenção da série histórica dos gastos com efetivos, investimentos e custeios será possível, em trabalhos futuros, avaliar o impacto destes na casuística e nos índices de percepção.

5. AGRADECIMENTOS

Ainda que impreciso, inspirados no poeta Manoel de Barros, sentimos que é preciso carregar água na peneira e acreditar que é possível construir uma casa de orvalho. Dedicamos este trabalho ao cidadão anônimo que, via de regra, nos acolheu com muita cordialidade. A todos os colaboradores, colegas e voluntários que nos apoiaram, sendo parte essencial deste trabalho. Aos Secretários de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Gustavo Garcia Francisco e Rogers Elizandro Jarbas, pelo entusiasmo, apoio e confiança depositada.

6. REFERÊNCIAS

- [1] P. Bourdieu. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Papirus, Campinas, 1996, ISBN 9788530803933. <https://books.google.com.br/books?id=Z{ }ZMpcB4GTC>
- [2] A. Zaluar. *Democratização inacabada: fracasso da segurança pública*. Estudos avançados, 2007. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142007000300003&script=sciabstract&tlng=pt>.
- [3] J.J. Waiselfisz. *Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil*. FLASCO Brasil, 2014. <http://www.juventude.gov.br/juventudeviva>.
- [4] C.C. Beato. *Crimes e Cidades*. UFMG, 2012.
- [5] Governo do Estado de Mato Grosso. *Municípios*. 2017. <http://www.mt.gov.br/municipios>.
- [6] Mato Grosso, Governo do Estado de: Portaria 23/2016/GAB/SESP, de 25 de fevereiro de 2016. *Diário Oficial do Governo do Estado de Mato Grosso*, páginas 13–14, 2016. <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/edicoes/download/14403>
- [7] C.R. de Musis, P.C. Sumaya, S.N. Naiara. Avaliação da saturação de questões abertas utilizando simulação Monte Carlo. *R. Educ. Públ. Cuiabá*, 505-515, 2009. <http://www.ie.ufmt.br/revista/sistema/revistas/arquivos/1272913243.pdf>
- [8] I.C.M. Santos. *A Distribuição do Consumo: uma análise das Regiões Brasileiras através da POF 2002-2003*. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, páginas 1–12, 2003.
- [9] Y. Fu Tuan. *Paisagens do medo*. Editora UNESP, 2005, ISBN 9788571396159. <https://books.google.com.br/books?id=bWJifhy0fXkC>
- [10] DATAFOLHA: *Maioridade penal*. Relatório Técnico, Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 2015.
- [11] J.M. Nascimento. *Violência urbana em Goiânia: múltiplas faces do problema*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2016.
- [12] K.S. Galvão, L. Pereira, C.C. Santos. Julgamento moral sobre pena de morte e redução da maioridade penal. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 228-236, 2011. <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a03v23n2>.
- [13] T.P.R. Caldeira. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora 34/EDUSP, São Paulo, 2000, ISBN 9788573261882. <https://books.google.com.br/books?id=ENdaTddtfEQC>
- [14] R. Wortley, M.L. Mazerolle. *Environmental Criminology and Crime Analysis*. Crime Science Series. Taylor & Francis, 2016, ISBN 9781317487098. <https://books.google.com.br/books?id=U89CDQAAQBAJ>.
- [15] C.P. Haberman, E.R. Groff, J.H. Ratcliffe, E.T. Sorg. Satisfaction With Police in Violent Crime Hot Spots. *Crime & Delinquency* 62(4), 525–557, 2016. <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0011128713516840>
- [16] P. Bourdieu. *Questões de sociologia*. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.